



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11371/2017.**

**Apensos:** Processo nº 13896/2016 e 13745/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** João Leonel de Brito Feitosa (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Rosa Oliveira de Pontes Braga - OAB/AM 4231, Jones Ramos dos Santos - OAB/AM 6333, Adson Soares Garcia - OAB/AM 6574, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851 e Jéssica Ferreira Botelho – 6826, Paula Ângela Valério de Oliveira OAB/AM 10024 e Celiana Assen Felix OAB/AM 6727.

**7- Unidade Técnica:** DICA.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1878/2021-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.  
Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, referente ao exercício de 2016 (U.G: 22201), de responsabilidade do **Sr. João Leonel de Brito Feitosa**, Ex-Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Joao Leonel de Brito Feitosa**, Ex-Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcance ao Sr. João Leonel de Brito Feitosa**, Ex-Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e Ordenador de Despesas, à época, no montante total de **R\$ 2.608.598,10 relativo às impropriedades nºs. 09 e 18** (nos valores citados em cada restrição, sendo: **R\$ 1.237.896,00; R\$ 462.614,93 e R\$ 908.087,20**), tudo em consonância com o artigo 304, incisos I e III, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus - PMM, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

**10.4. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.4.1.** Não existe unidade administrativa ou atividade de Controle Interno no Detran-AM e não foi disponibilizado ao TCE-AM o relatório de auditoria de gestão ref. ao exercício financeiro, contrariando as normas vigentes;

**10.4.2.** Não identificamos a tomada de providências em relação aos



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

valores a receber oriundos de adiantamentos concedidos a servidores sem a devida prestação de contas ou aprovação da prestação de contas;

**10.4.3.** O Balanço Patrimonial em 31/12/2016 apresenta na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” o saldo de **R\$ 6.573.131,18**. Entretanto, tal saldo não é fidedigno por 2 motivos: 3.1. Os demonstrativos de conciliação bancária e extratos bancários apresentados na prestação de contas anual não confirmam a fidedignidade do saldo apresentado no relatório contábil, visto que: a) Houve registro contábil de aumento da; disponibilidade de caixa sem a ocorrência do respectivo fato gerador (débitos não tomados pelo banco), no valor de **R\$ 120.463,38**;

**10.4.4.** Identificamos documentação que sinaliza a realização de diversas despesas em 2016 sem a devida licitação, sem cobertura contratual e sem empenho prévio, no valor total de **R\$ 3.899.478,71**. As despesas em questão foram empenhadas e pagas em 2017, significando dizer que o resultado orçamentário de 2016 é altamente questionável;

**10.4.5.** Identificamos diversos pagamentos no exercício de 2016 sem a devida licitação, sem cobertura contratual, sem empenho prévio e com a indicação da natureza da despesa orçamentária incorreta. No caso desta última impropriedade, as despesas foram classificadas no elemento de despesa “93 - Indenizações e Restituições”, quando o correto seria em elemento específico, de acordo com natureza do gasto. O valor total pago corresponde a **R\$ 6.675.334,99**;

**10.4.6.** No projeto básico há expressa exigência de localidade do serviço nesta cidade, em um raio de 3km da avenida do turismo com avenida do futuro. Tal exigência – raio de 3km da avenida do turismo com avenida do futuro – restringiu o caráter competitivo do certame, em clara ofensa à Lei 8.666/93, maculando, portanto, a legalidade do termo contratual;

**10.4.7.** A pesquisa de preço realizada no âmbito do processo licitatório não possui validade. As duas empresas consultadas (PEG – comercio e serviços de informática Ltda. e Dinâmica da Amazônia informática Ltda.) não atuam no ramo do objeto da contratação, conforme os dados de identificação da pessoa jurídica, consultada no site da Receita Federal, e no contrato social de ambas. Além disso, embora o DETRAN/AM afirme que consultou 4 empresas, nos autos do processo administrativos, só está caracteriza a consulta a essas duas empresas. Também, a administração não cuidou de diversificar as fontes das informações, pois, com a finalidade de definir o valor estimado da contratação, a jurisprudência é clara ao defender que o administrador público não



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

deve se restringir à pesquisa de preço junto apenas a fornecedores. Embora a pesquisa tenha sido realizada em 2015, o vício de ilegalidade do edital maculou o contrato;

**10.4.8.** Ausência de estudo técnico preliminar, instrumento imprescindível para embasar o projeto básico. A falta deste estudo gera graves riscos à administração, tais como: a) o de não obter resultados capazes de atender necessidade pública, com consequente desperdício de recursos, b) o de contribuir com especificações indevidamente restritivas no certame, com consequente diminuição da competitividade, e c) aumento indevido do custo da contratação;

**10.4.9.** Após consulta, in loco, ao setor de contabilidade, restou evidenciada a ausência de conciliação bancária da conta corrente. A falta de conciliação contribui para a ocorrência de erros e fraudes;

**10.4.10.** Ausência de supervisão e de controle pelo DETRAN-AM de todo processo de registro dos contratos, em desacordo com o §2º do art.3º da Resolução 320/2009, vigente à época, (atualmente trata do assunto a Resolução 689/2017). A autarquia não soube informar qual valor total foi arrecadado pela empresa Arqdigital, no exercício 2016, em relação às tarifas pagas pela prestação de serviço de gestão de registro de contrato. Apenas informa, com base na conta bancária 48.040-1, agência 3739, Bradesco, qual valor recebeu em relação aos 10% correspondentes a sua parte. Além disso, em consulta à comissão de fiscalização do contrato, conforme a Portaria 2738/2012, as integrantes afirmaram que não tomaram ciência de que faziam parte da comissão, motivo pelo qual nunca realizaram nenhuma fiscalização, o que retrata grave violação ao item 13 do contrato e ao art. 67 da Lei 8.666/93;

**10.4.11.** Ausência de cumprimento do item 8.1.13 do Contrato 39/2011, que determina ao DETRAN-AM informar à Arqdigital, ao final de cada mês, todos os certificados de registro de veículo;

**10.4.12.** Ausência de orçamento estimativo detalhado, impedindo a avaliação do custo da prestação do serviço, o que contribui para existência de sobrepreço. O projeto básico contempla os seguintes serviços: confecção dos espelhos e emissão eletrônica do documento, fornecimento, instalação e operação dos equipamentos, fornecimento de mão de obra, fornecimento de mobiliário completo, implantação de adequação físicas eventuais;

**10.4.13.** Prazo contratual de dois anos em desacordo com a regra que diz que a duração deve ser adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Sendo possível a prorrogação, o DETRAN-AM pode fazer aditivos, mas não já fixar prazo superior a um exercício;

**10.4.14.** Liquidação de despesa indevida nos processos de



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

pagamento. O fiscal do contrato atesta de forma genérica a execução dos serviços, porque não especifica quantas CNH's foram emitidas, informação indispensável para aferir o valor a ser pago. Apenas baseia-se na informação dada pela própria empresa Thomas Greg. Como evidência, cita-se os processos de pagamentos relacionados aos meses de agosto e novembro, ambos de 2016;

**10.4.15.** Foi autorizado o pagamento, mediante indenização, de **R\$ 1.237.896,00** à empresa Garcia Industrial Ltda, sob a justificativa de superlotação de veículos no terreno da empresa WF Representações Ltda. –EPP. Ocorre que tal justificativa não encontra amparo, caracterizando dano ao erário;

**10.4.16.** Não encontramos nos autos do Contrato nº 14/2013 referente à locação de área destinada a comportar o Posto de Vistoria do DETRAN-AM, localizada na Rua Xenofante Antony, nº 85, bairro: São Francisco, Manaus/AM, qualquer comprovação da realização de licitação e/ou a motivação para a dispensa de licitação em atenção aos termos do inciso 10 do art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93;

**10.4.17.** Valor pago em aluguel sem critério de análise de preço de mercado - Contrato nº 14/2013. O Contrato nº 14/2013 refere-se à locação de área destinada a comportar o Posto de Vistoria do DETRAN-AM, localizada na Rua Xenofante Antony, nº 85, bairro: São Francisco, Manaus/AM, por período de **60 meses** (04/09/2013 a 03/09/2018), posteriormente, houve alteração para 12 meses com prorrogações até 60 meses, com desembolso mensal de **R\$ 50.000,00**. Apesar do início do contrato ter ocorrido no exercício de 2013, os valores desembolsados refletiram no escopo desta auditoria do ano 2016, neste ano foram feitos os termos de aditivos 3º e 4º. O valor acordado no contrato foi baseado no Parecer de Avaliação Imobiliária realizado pelo **Sr. Felipe Alfaia Ferreira**, Corretor, CRECI 02149. Ocorre, que não foi demonstrado os parâmetros utilizados na avaliação, não há Laudo Técnico e sequer temos a comprovação da habilitação do profissional avaliador. A ausência de parâmetro para mensuração do valor do aluguel ficou mais evidente quando comparamos o valor de aluguel do mesmo terreno e no mesmo ano;

**10.4.18.** Pagamentos de despesas sem comprovação da disponibilização dos Módulos Habitacionais de Guarnição e Vigilância, objeto do Contrato nº 013/Detran/AM, **nos meses de novembro e dezembro** de 2016. Totalizando **R\$ 300.800,00**. Valor Global **R\$ 5.414.400,00 (36 meses) Valor Mensal R\$ 150.400,00**. Por meio do Contrato 013/2016-DETRAN/AM foi homologado, no dia 01/11 e publicado dia 16/11/2016, o Termo de Contrato para a





**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

prestação de serviços de locação de módulos de trabalho (tipo escritório/dormitório e copa/banheiro) para atender as necessidades do DETRAN-AM em suas operações;

**10.4.19.** Identificamos irregularidades na celebração de ajuste com a empresa VISONORTE nos seguintes termos: a) Ausência de licitação para celebração de contrato (art. 37, XXI, da CF/88); b) Ausência de contratos ou aditivos firmados; c) Ausência de servidor responsável pela fiscalização do credenciamento da VISONORTE (art. 67, Lei 8666/93); d) Credenciamento feito de forma precária, sem assinatura de contrato, mediante Portaria nº 2857/2014 – DETRAN/AM/DA/DP e prorrogações;

**10.4.20.** Ausência de repasses devidos ao DETRAN-AM pela empresa VISONORTE. Não foi possível atestar o recebimento dos valores devidos pela VISONORTE no ano de 2016, na importância global de **R\$ 221.520,00**, conforme levantamento do setor financeiro do DETRAN-AM. Também fora verificado ausência de repasses no ano de 2017 na ordem de **R\$ 223.498,00**. Pede-se para comprovar o recebimento dos valores com documentação hábil ou recolher o valor destacado à conta da autarquia;

**10.4.21.** Falta de controle, depredação e excessiva degradação dos veículos particulares apreendidos e armazenados no pátio do DETRAN. Em visita ao pátio localizado ao lado do prédio do DETRAN, foram selecionados 02 automóveis e 01 motocicleta para inspeção. Desses 03 veículos, dois deles deram entrada em bom estado de conservação, conforme termo de inventário n.º 027365 e 020464, no entanto, em 04/12/2017, a situação real desses veículos não condiziam ao verdadeiro estado na data da apreensão. Tais veículos apresentavam estado crítico de depredação e degradação. O terceiro veículo selecionado pela comissão de inspeção, além de não ter sido inventariado, pois não consta termo de inventário, apresenta também atualmente estado crítico de conservação. Tal situação evidencia clara ofensa à Lei n.º 9.503/97, à Resolução CONTRAN n.º 623/16 e aos princípios da responsabilidade objetiva, indisponibilidade da administração, supremacia do interesse público, eficiência e ao princípio da economicidade;

**10.4.22.** Durante a auditoria, o DETRAN-AM comprovou a existência física sob sua guarda de **7.799 veículos**, tanto em seu pátio próprio como em seus pátios alugados. No entanto, o banco de dados disponíveis na Prodam, por intermédio do Relatório 'Controle da Frota de Veículos do Amazonas/relação de veículos apreendidos' informava que deveria haver **10.208 veículos**. Há, portanto, uma diferença de **2.409 veículos** inferindo-se que ou veículos foram liberados sem a respectiva baixa no sistema ou que veículos foram subtraídos indevidamente de sua guarda. Tal



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

situação evidencia-se que a autarquia não dispõe de controle rigoroso sob os bens sob sua guarda em clara ofensa à Lei n.º 9.503/97, à Resolução CONTRAN n.º 623/16 e aos princípios da responsabilidade objetiva, indisponibilidade da administração, supremacia do interesse público, eficiência e ao princípio da economicidade;

**10.4.23.** Em visita ao pátio administrado pela empresa “WF Estacionamento”, verificou-se que os veículos apreendidos passam por procedimento de vistoria com emissão de laudo. A liberação de fato, no entanto, ocorre mediante documento com assinatura da direção e corpo técnico do Detran-AM. Todavia, não se observou nenhum tipo de controle informatizado do procedimento de liberação ou sequer apresentação de comprovante do pagamento dos débitos por parte dos proprietários e/ou seus procuradores;

**10.4.24.** Sobre a conta financeira de controle das operações referente aos Leilões – Conta Bancária 0052585-5, não identificamos documentação e/ou processo tão pouco o motivo que justificasse os saques em espécie realizados, conforme valores e dados extraídos do extrato bancário, relação abaixo. Cabe aos responsáveis justificarem os desembolsos realizados. Ainda, na Conta financeira de controle das operações referente aos Leilões – Conta Bancária 0052585-5, houve diversos pagamentos referente aos serviços de guincho. Ocorre, que não identificamos as prestações de contas plausíveis que justificassem os valores dos desembolsos, os quais foram autorizados, apenas por ofício, pelos ex-presidente e ex-diretor administrativo e financeiro. Não consta sequer atestos nas notas fiscais apresentadas pelo fornecedor do serviço. Houve um total descontrole sobre os serviços realizados. Não sabemos a data do serviço, número de carros transportados, preço unitário pelo transporte e quantos transportes foram realizados;

**10.4.25.** Há ainda, suspeita de superfaturamento dos serviços de guincho, explicamos. Em tese, os valores pagos com o serviço do guincho estão atrelados ao processo da realização do Leilão, ou seja, ida e volta entre o transporte dos parqueamentos até o local do leilão;

**10.4.25.** Foram realizados quatro Leilões em 2016, organizados pela empresa VIP Leilões e um pela empresa LeiloMix. Em nenhum deles houve formalização de processo que definissem direitos e responsabilidades. Por exemplo, não ficou claro o prazo de prestar contas e de depósito dos recursos ao DETRAN-AM após a realização do Leilão. Outra, não existe um checklist de documentos que devem ser apresentados na ocasião da prestação de contas, não há parecer da comissão interna do órgão sobre a aprovação ou



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

não da prestação de contas do Leiloeiro e não está claro a mensuração dos valores de vendas dos veículos. Ou seja, o procedimento realizado pelo Órgão demonstrou total descontrole sobre as operações realizadas com os Leilões;

**10.4.27.** Nas prestações de contas dos leilões realizados pela VIP Leilões, não constam as respectivas notas fiscais das despesas realizadas para a realização dos leilões. É sabido que dos recursos a serem repassados pelo leiloeiro ao DETRAN-AM devem ser descontados tais despesas, entretanto, não foram comprovadas. Essa situação sequer foi questionada pela comissão interna do Órgão e nem pelo Gestor. Tal conduta pode ter prejudicado o Órgão em razão da supressão de recursos com a realização do leilão. Segue os valores de despesas apresentados nas prestações sem a correspondente comprovação;

**10.4.28.** Conforme Prestação de Contas do leilão realizado no mês de abril, o valor arrecadado pela empresa leiloeira foi **R\$ 796.800,00**, entretanto, identificamos, apenas, um depósito de **R\$ 720.000,00** em 06/05/2016. A empresa leiloeira apresentou duas notas fiscais referentes a despesa do leilão, cujos valores são **R\$ 2.083,60 e 2.457,00**. Não foi demonstrado a parte do serviço do leiloeiro que corresponde a 5% do total das vendas. Mesmo descontando todas essas despesas ainda teríamos valores a serem repassados para o DETRAN;

**10.4.29.** Identificamos o Ofício nº 041/2016-DETRAN/AM/C. LEILÃO, datado em 28/08/2016, no qual o Ex-Presidente relata à Polícia Civil o sumiço de vários veículos. O ex-gestor comprova que foram feitas todas as vistorias dos veículos nos meses de junho e julho com o objetivo da realização de Leilão, já que os bens estavam a mais de 60 dias em poder do Órgão. Apesar da iniciativa do ex-Gestor, não encontramos quaisquer medidas internas para apurar as responsabilidades a respeito do problema ou qualquer retorno da Polícia Civil. Nesse sentido o Sr. João Leonel deve justificar a ausência de medidas internas frente à situação, já que os bens de terceiros estavam sob sua responsabilidade;

**10.4.30.** Ausência de concurso público na Autarquia, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 88. Dos 322 servidores que figuram na folha de pagamento da competência de outubro de 2016, a última contratação de servidores realizada pelo DETRAN-AM ocorreu no ano de 2008, sob o Regime Celetista, ficando evidente a ausência de realização de concurso público naquela Autarquia, principalmente, após a vigência da CF/88, conforme lista de servidores contratados sem concurso público sob o Regime Celetista pelo DETRAN/AM;

**10.4.31.** A seleção e contratação de estagiários do DETRAN-AM





**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

não são realizadas por meio de processo seletivo público, sendo realizada somente por meio de entrevista com os pretendentes, podendo ocorrer direcionamento na escolha dos futuros contratados e prejuízo à escolha dos candidatos mais bem preparados. O DETRAN possui **121 estagiários** em atividade, conforme lista constante no Anexo II desta Notificação. De acordo com a resposta ao Ofício n.º 22/2017-GAUD/ARFF, a realização da contratação de estagiários para o DETRAN não ocorre por meio de Processo Seletivo, mas somente por meio de entrevista com os pretendentes, contrariando os princípios Constitucionais da impessoalidade, da transparência e da eficiência;

**10.4.32.** Excesso de estagiários contratados e exercendo funções que deveriam ser prestadas por servidores concursados de carreira, com possível burla ao princípio do concurso público. A Autarquia possuía 121 estagiários em atividade. Diante dessa quantidade de estagiários, comparando-se com o número de servidores do DETRAN-AM (265), fica evidente a possível desproporcionalidade do número de estagiários naquela Autarquia, sendo que hoje, de acordo com a resposta ao Ofício n.º 22/2017-GAUD/ARFF, a autarquia continua com o mesmo quantitativo de estagiário em atividade, conforme Lista de estagiários contratados pelo DETRAN/AM;

**10.4.33.** Existência de servidores do quadro de pessoal do DETRAN-AM vinculados ao Regime Celetista em desconformidade ao regime jurídico da Autarquia e do Regime Jurídico Único. Verificamos que existem vários servidores contratados pelo DETRAN-AM, após a Constituição Federal de 1988, sob o Regime Celetista pelo DETRAN/AM. Portanto, fica evidente a possível desconformidade dessas contratações com o regime jurídico da Autarquia, nos termos do art. 39 da Constituição Federal;

**10.4.34.** Existência de servidores do quadro de pessoal do DETRAN-AM vinculados ao Regime Celetistas, já aposentados, mas em atividade no DETRAN-AM, aguardando rescisão de contrato de trabalho. Verificamos que existem vários servidores celetistas do quadro do DETRAN-AM em atividade, apesar estarem aposentados, conforme lista constante no Anexo VI. Portanto, fica evidente a possível irregularidade da continuidade de seus vínculos com a Autarquia, bem como, do possível dano ao erário e ato antieconômico, tendo em vista que os valores com futuras indenizações trabalhista aumento com o passar do tempo, pois os referidos servidores são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas;

**10.4.35.** Ausência do envio dos contratos de admissão de servidores celetista da Autarquia ao TCE para análise para fins de



**ACÓRDÃO Nº1902/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

registro. Verificamos que, de acordo com a informação prestada pela Diretoria Administrativo Financeira do DETRAN-AM, não há registro do envio dos atos de contratação dos servidores listado no Anexo I ao TCE para a análise desses atos para fins de registro nos termos do inciso III, art. 71 da CF;

**10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:**

**10.5.1.** Arquive os autos dos processos de denúncia apensados a este (nº. 13745/2016 e nº. 13896/2016), por perda de objeto, de modo a evitar bis in idem;

**10.5.2.** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Novembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral